

ESTEFAN RADOVICZ

Igreja Universal é citada em pedido de prisão

Informação aparece em despacho da Justiça que decreta detenção preventiva de Marcelo Crivella

A Igreja Universal do Reino de Deus é citada nominalmente na decisão da desembargadora Rosa Helena Penna Macedo Guita, que decretou a prisão preventiva do principal grupo que, segundo os investigadores, compõe suposta organização criminoso que se instalou na Prefeitura do Rio. Em seu despacho, a desembargadora diz, em determinado trecho: “(...) E ainda com relação à lavagem de dinheiro, chamam a atenção as estreitas relações religiosas mantidas entre o Prefeito Marcelo Crivella, Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, Mauro Macedo, primo do fundador da referida Igreja, e Eduardo Benedito Lopes, Bispo da mesma Igreja, em cotejo com o Relatório de Inteligência Financeira n.º 42.938, mediante o qual foi identificada e comunicada movimentação financeira anormal no âmbito daquela instituição religiosa, na ordem de quase seis bilhões de reais no período compreendido entre 05/05/2018 e 30/04/2019, o que sugere a indevida utiliza-

ção da Igreja na ocultação da renda espúria auferida com o esquema de propinas”. A desembargadora prossegue: “(...) até porque, como já observado, Mauro Macedo e Eduardo Benedito Lopes, ao lado de Rafael Alves, foram identificados como operadores financeiros do grupo criminoso, ocupando, por assim dizer, o chamado ‘1º escalão’”. Questionados sobre a suposta lavagem de dinheiro por meio da Igreja Universal do Reino de Deus, os investigadores do Ministério Público estadual e da Polícia Civil afir-

maram, em entrevista coletiva, na tarde desta terça-feira, que não foi possível concluir pela efetiva utilização da Igreja Universal como fonte de lavagem de dinheiro. “A Igreja Universal foi referida expressamente pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), em relatórios de inteligência financeira, em razão de várias movimentações atípicas de valores em espécie exorbitantes. Em razão da menção do Coaf, em mensagens do próprio Rafael Alves... Essas informações juntas indicam que a Universal era usada no esquema, mas a questão da lavagem, de forma mais completa, ela ainda é um dos desdobramentos que vai decorrer dessa investigação”, disse Carlos Eugênio Greco, promotor de Justiça assistente do Grupo de Atribuição Originária Criminal. Segundo Greco, em uma das mensagens entre Alves e Crivella em que a igreja é citada, Alves diz: “Eu posso acabar com o governo. Eu posso acabar com uma igreja”. O DIA fez contato a Igreja Universal, mas não obteve resposta.

“**Eu posso acabar com o governo. Eu posso acabar com uma igreja.**”

CITAÇÃO DE RAFAEL ALVES A CRIVELLA, segundo Carlos Eugênio Greco, promotor de Justiça assistente



Universal do Reino de Deus é citada nominalmente no despacho. Crivella é bispo licenciado da igreja

NADA MUDA

Paes afirma que trabalho de transição continua

■O prefeito eleito do Rio, Eduardo Paes (DEM), não se manifestou diretamente sobre a prisão de Marcelo Crivella. Paes deu apenas uma declaração nas redes sociais. “Conversei nessa manhã com o presidente da Câmara de Vereadores, Jorge Felipe, para que mobilizasse os dirigentes municipais para continuar conduzindo suas obrigações e atendendo a população. Da mesma forma, manteremos o trabalho de transição que já vinha sendo tocado”, afirmou ele. Paes pediu “força e dedicação” dos servidores da rede de Saúde, por conta da pandemia. Usuários do Twitter lembraram de Crivella ainda na época da eleição. Na ocasião, ela mencionou a entidade de umbanda Zé Pilintra para atacar Paes. No entanto, a afirmação foi revertida pelos internautas para atacar o próprio autor. Durante o debate da TV Globo, Crivella disse que Paes usa “chapeuzinho de Zé Pilintra” nos desfiles do Carnaval.

Especialista: Crivella terá problema para se livrar da prisão

Advogados dizem que prefeito deve ser julgado em até 120 dias, prorrogáveis por mais 120. Há divergência sobre legalidade

O prefeito Crivella não deve conseguir se livrar facilmente da prisão. Para Igor de Carvalho, advogado criminalista, mestre em Direito e professor de Processo Penal, em razão do recesso forense, ele terá dificuldades para recorrer contra a medida. Segundo Carvalho, poderá fazê-lo no plantão do STJ e, se for negado, no STF. A pena máxima para os crimes imputados na denúncia, conforme Carvalho, somadas, ultrapassam 40 anos de prisão. “Em relação à questão da prisão no final do ano: tornou-se uma prática cor-

riqueira e infeliz o decreto de prisões durante o recesso judiciário. Trata-se de tática desleal para dificultar que os acusados se socorram dos meios jurídicos cabíveis”, diz. Conforme o advogado Leandro Souza, após a audiência de custódia no TJ do Rio, o prefeito será julgado pelo tribunal e a instrução criminal não pode exceder a 120 dias quando o réu estiver preso, como é o caso de Crivella. Esse prazo pode ser prorrogado por mais 120 dias por decisão fundamentada pela complexidade da causa ou fatos novos.

“Acho muito difícil o juiz conceder um habeas corpus, que é um remédio constitucional, porque não existe ilegalidade ou abuso de poder, que são requisitos fundamentais que trata sobre a ameaça ou violação e liberdade de locomoção dos réus. A sentença foi muito bem fundamentada, existem indícios do cometimento do crime por parte dos envolvidos e também existe o requisito fundamental para se manter presos todos os envolvidos, que é justamente a parte da complexidade para se manter a ordem econômica, ordem pública perante o estado”, con-

clui Leandro Souza. Os especialistas ouvidos por O DIA divergem quanto à legalidade da prisão. Para Carvalho, muitos dos fatos nar-

Pena máxima para os crimes imputados na denúncia, somadas, podem ultrapassar 40 anos de prisão

rados pela desembargadora Rosa Helena Guita na decisão da prisão se referem ao passado e não justificariam a prisão preventiva. Souza avalia a de-

cisão como bem fundamentada e acha difícil Crivella conseguir um habeas corpus. Isso porque, para ele, não existe ilegalidade ou abuso de poder. Carvalho argumenta que a decisão “foi um tanto estranha” em relação ao tempo em que foi realizada. “Faltavam menos de 10 dias para que o mandato do prefeito Crivella se encerrasse e com isso, a desembargadora relatora perderia a competência para julgá-lo, em razão da perda do foro por prerrogativa de função, popularmente chamado de foro privilegiado”, diz. A suposta tentativa de ocul-

tação do celular (segundo o MP ele teria entregado celular de outra pessoa no lugar do seu), porém há um princípio no processo penal de que o acusado não é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Tecnicamente, não era obrigado a ‘colaborar’ com a busca e apreensão”, destaca. Souza argumenta que a decisão tem como fundamento o Artigo 312 do Código de Processo Penal, inovação trazida pela Lei 13.964 de 2019, a chamada Lei do Pacote Anticrimes, e também teve como fundamentação a Lei 12.8850 de 2013.

Vice Mourão nega impacto no governo

Prisão de Marcelo Crivella teve grande repercussão entre os políticos de vários partidos

Questionado sobre a prisão do prefeito Crivella, que contou com apoio do presidente Bolsonaro nas eleições municipais, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, desceu conversou e negou que o fato tenha impactado o governo. “Isso aí é investigação policial, segue o baile aí, investigação, acabou. Pro governo não tem impacto nenhum. Não tem nada a ver com a gente. Zero impacto. A gente apoia tanta candidatura aí. Tem nada a ver”, afirmou. Assim que surgiram as notícias sobre a prisão de Crivella, rapidamente o nome do prefeito do Rio se tornou um dos nomes mais comentados da internet. Políticos se manifestaram sobre o assunto. Marcelo Freixo, depu-

tado federal pelo PSOL-RJ, disse que: “Tenho que desculpar com meus amigos do @portadosfundos. Sempre disse que Crivella terminaria seu governo saindo pela porta dos fundos. Errei! Foi na viatura”. Tarcísio Motta, vereador PSOL-RJ afirmou que: “A prisão de Crivella é um desdobramento das investigações do QG da Propina. Vale lembrar que o PSOL fez um pedido de impeachment para investigar a denúncia, mas a base do prefeito, de forma vergonhosa, não só negou o pedido como abriu uma CPI de mentirinha pra livrar Crivella”. Fernando Haddad (PT), ex-prefeito de São Paulo, afirmou que “Brasil, Natal

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Mourão: ‘Impacto zero’

de 2020: Guedes prepara aumento de impostos, Covas articula aumento do próprio salário e pastor Crivella, da Igreja Universal, é preso por corrupção”. Randolfe Rodrigues, senador pela Rede-AP,

prestou solidariedade ao Rio. “Minha solidariedade à população do RJ. O povo é que sofre com a ganância de político que não tem responsabilidade com a coisa pública. Lugar de corrupto, é mesmo na cadeia! Por isso, esperamos que a justiça seja célere nas investigações do “QG da propina”, onde Crivella é suspeito”. Joice Hasselmann, deputada federal pelo PSL-SP, disse: “O corrupto apoiado pelos bolsonaristas foi em cana. Muitos apagaram os posts com Crivella, mas os prints são eternos. Aqui Carla Zambelli, Jordy, Márcio Labre, Flavio Rachadinha Bolsonaro e mamãe, Major Fabiana. Só tenho uma coisa a dizer: KKKKKKK. O próximo é o Flávio, talvez”.

Cobrança a coronhada e arma em punho

O delegado de Polícia Civil Fernando Moraes, um dos presos na operação sobre o ‘QG da Propina’, chegou a cobrar propina com “chutes, coronhadas e arma em punho”. É o que disse um médico e executivo do grupo Assim, que fez colaboração premiada com o Ministério Público. Moraes foi preso na mesma operação deflagrada ontem que prendeu o prefeito Crivella. A defesa de Moraes não foi encontrada pela reportagem. Segundo o colaborador,

Moraes tinha longa amizade com presidente do conselho de administração do grupo Assim Saúde, Aziz Chidid Neto, que faleceu 16 de novembro. Aziz teria dito que, em 2017, Moraes o chamou para almoço e se prontificou a facilitar a renovação dos contratos do grupo com o município já que teria “grande influência perante a nova administração municipal”. Na ocasião, Aziz disse que rechaçou a proposta. Estariam presentes, ainda segundo o colaborador, o ex-senador Eduardo Lopes, e o empresário Adenor Gonçalves.

Participaram desta cobertura: Luana Benedito, Luísa Bertola (estagiária), Carina Petrenko (estagiária), Lucas Mathias (estagiário), Gustavo Ribeiro, Bruna Fantti, Bernardo Costa, Natasha Amaral, Gabriel Sobreira, Carolina Freitas, Felipe Gavinho (estagiário), André Arraes (estagiário), Adriano Araújo e Jessyca Damaso.